



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 06/11/2023
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE FILOCREAO GARCIA DA FONSECA	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
IONE NAKAMURA	MPE	PRESENCIAL
LUCIANA LIMA ALBUQUERQUE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
MOEMA BELLUZZO	PRESIDENTE ANOREG	PRESENCIAL
VANDERSOM QUARESMA	CODEM	PRESENCIAL
JESSICA MACIEL	CREA-PA	PRESENCIAL
MARIO SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL
GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
BRUNO KONO	ITERPA	PRESENCIAL
CAROLINA ARAUJO	INCRA	PRESENCIAL
GEANLUCA ALVES	FAMEP	PRESENCIAL
ANA LUIZA ROCHA	UFPA	PRESENCIAL
LULY FISCHER	UFPA	PRESENCIAL
MYRIAN CARDOSO	UFPA	PRESENCIAL
TÁTILLA BRITO PAMPLONA	SEMAS	PRESENCIAL
ADRIANA MEZZOMO	PROCURADORA MUNICÍPIO BREU BRANCO	ONLINE
SANDRA ALVES	SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE MARITUBA	PRESENCIAL
ETELVANA JACOVACCI	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE ANANINDEUA	PRESENCIAL
CLEOMAR MOURA	OFICIAL DO 1º REGISTRO DE IMOVEIS DE BELEM	PRESENCIAL
VANESSA MENEZES	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE BREU BRANCO	PRESENCIAL
CAROLINE ALVES BRANT	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE GOIANESIA DO PARÁ	ONLINE

PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIÁRIO – SECRETÁRIA DA REUNIÃO	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO	PRESENCIAL

**ASSUNTOS DISCUTIDOS**

1) REMESSA À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, DAS NOTAS TÉCNICAS REFERENTES AO GEORREFERENCIAMENTO.

**SITUAÇÃO:** Item Cumprido. Novo e-mail encaminhado aos contatos já informados anteriormente.

2) ESTABELECIMENTO DE CRONOGRAMA PARA TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS, EM CONTINUIDADE ÀS JÁ INICIADAS NO PROJETO REGULARIZAR

**SITUAÇÃO:** Iterpa apresentará o cronograma na reunião;

3) REMESSA, AO GRUPO, DOS RESULTADOS OBTIDOS PELO ENCONTRO MANTIDO ENTRE SPU, ITERPA E INCRA, PROGRAMADO PARA OS DIAS 10 E 11.10.2023.

**SITUAÇÃO:** SPU, ITERPA e INCRA deverão manifestar-se.

4) INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DO PROJETO DE SASSUNEMA;

**SITUAÇÃO:** O município de Ananindeua deverá manifestar-se;

5) ENVIO DE NÚMEROS DE PROCESSO AO ITERPA PARA INFORMAÇÕES.

**SITUAÇÃO:** Município de Breu Branco deverá informar o cumprimento;

6) CREA VERIFICAR JUNTO À EMATER A ATUALIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS, POR MEIO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ALINHAMENTO DAS INFORMAÇÕES COM A FAMEP.

**SITUAÇÃO:** CREA/PA deverá manifestar-se sobre as tratativas;

7) PADRONIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELA SEMAS PARA ROBOTIZAÇÃO DO ACESSO AO SISTEMA DOS CARTÓRIOS

**SITUAÇÃO:** SEMAS deverá manifestar-se;

8) EXPOSIÇÃO DO PROJETO ATLAS JURÍDICO FUNDIÁRIO;

**SITUAÇÃO:** FAMEP e URBE/AMAZÔNIA serão os responsáveis pela apresentação;

9) ENCAMINHAMENTO NOTA TÉCNICA REFERENTE À COMUNIDADE LAGO VERDE;

**SITUAÇÃO:** UFPA deverá manifestar-se;

10) DIÁLOGO ENTRE CODEM, UFPA E SPU PARA AVANÇO NO DEBATE SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DEMARCAÇÃO DA PRIMEIRA LÉGUA PATRIMONIAL DE BELÉM E APRESENTAR PROPOSTA DE NEGOCIAÇÃO PARA A 1ª LEGUA PATRIMONIAL DE BELEM

**SITUAÇÃO:** Item cumprido. Reunião realizada em 20.10.2023, com minuta do termo de cooperação técnica elaborada para deliberação pelas instâncias superiores dos órgãos envolvidos (CODEM, SPU e Profª Luly Fischer podem esclarecer os encaminhamentos);

11) EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A SPU, INCRA, ITERPA E PREFEITURA DE LIMOEIRO DO AJURU SOBRE A AUSÊNCIA DE REGISTRO DE IMÓVEIS NO LOCAL. MATÉRIA SENDO ACOMPANHADA NO PROCESSO 0003696-51.2023.2.00.0814;

**SITUAÇÃO:** Item cumprido;

12) ENCAMINHAMENTO AO ITERPA DO MODELO DE PARCERIA FIRMADO ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO E A UNIVERSIDADE FEDERAL COM O INTUITO DE DIMINUIR OS CUSTOS DO GEORREFERENCIAMENTO.

**SITUAÇÃO:** Material será enviado dia 06.11.23;

13) DESIGNAR REUNIÃO COM SPU, CODEM, UFPA E JUSTIÇA FEDERAL, APÓS A REUNIÃO TÉCNICA DO DIA 20/10/2023;

**SITUAÇÃO:** Item pendente conforme o Item 10 pois depende do termo de cooperação técnica já alinhado

14) ENCAMINHAR POR EMAIL O CRONOGRAMA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS .

**SITUAÇÃO:** SPU deverá manifestar-se sobre o envio do cronograma

15) ENCAMINHAR PLANO DE TRABALHO PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS;

**SITUAÇÃO:** Item cumprido. Falta devolutiva pelo Município.

16) MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS DEVE ENCAMINHAR AO INCRA OS QUESTIONAMENTOS SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS ASSENTAMENTOS E APRESENTAR SOLUÇÕES NA PROXIMA REUNIÃO;

**SITUAÇÃO:** O município deverá manifestar-se.

17) CONVIDAR O CAU/PA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO

**SITUAÇÃO:** Item cumprido conforme Ofício nº 411/2023-CGJ

18) APRESENTAÇÃO, PELA SPU, DAS TRATATIVAS INICIAIS MANTIDAS COM O ITERPA, PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, REFERENTE A CELEBRAÇÃO DE UM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO ESTADO DO PARÁ, EXCEPCIONANDO BELÉM, PARA ADESÃO DOS MUNICÍPIOS (PONTO RELATADO PELO SUPERINTENDENTE DO SPU EM REUNIÃO OCORRIDA EM 20.10.23, NESTA CGJ, COM A PRESENÇA DE CODEM, ITERPA E PROF LULY FISCHER)

19) O QUE OCORRER

DEBATES:

A REUNIÃO FOI ABERTA ÀS 09H48.

DISCUSSÕES/DEBATES:

**LUCIO GUERREIRO – CGJ** – IDENTIFICADA A AUSÊNCIA DA SPU, OS ITENS DA PAUTA RELATIVOS AO ÓRGÃO FICARÃO ADIADOS.

ITEM 1 – CUMPRIDO

ITEM 2 – REMANESCEM 16 QUILOMBOS EM RELAÇÃO AOS QUAIS É NECESSÁRIO CONFIRMAR OU PROVIDENCIAR O EFETIVO REGISTRO IMOBILIÁRIO.

**BRUNO KONO – ITERPA** - NÃO TEM OS DADOS DOS QUILOMBOS REGISTRADOS. MAS JÁ OFICIOU AOS CARTÓRIOS E NÃO RECEBEU AS INFORMAÇÕES RELATIVAS A ELES. SOLICITOU PRAZO E A PROVOCAÇÃO DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA PARA OBTER A INFORMAÇÃO.

**LUCIO GUERREIRO** – A CORREGEDORIA IRÁ FAZER ESSA PROVOCAÇÃO AOS CARTÓRIOS, INCLUSIVE PEDIU A INTERVENÇÃO DA ANOREG PARA OBTER ESSA INFORMAÇÃO.

**BRUNO KONO** – HÁ UMA PREVISÃO DE ENTREGA DE 10 TÍTULOS PARA PARA O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA. SERÁ FORMALIZADO O CONVITE AOS MEMBROS DO GRUPO DE GOVERNANÇA BEM COMO À ANOREG, O QUE AGUARDA A DEFINIÇÃO APENAS DO CERIMONIAL DO GOVERNO DO ESTADO. ENCAMINHARÁ À CORREGEDORIA APÓS ESSA DEFINIÇÃO E DE FORMA IMEDIATA, A INFORMAÇÃO SOBRE AS ÁREAS CONTEMPLADAS E CARTÓRIOS ENVOLVIDOS.

**GIROLAMO - FETAGRI** – FOI REALIZADO O TRABALHO DE LEVANTAMENTO DE TODOS OS QUILOMBOS JÁ TITULADOS NO ESTADO DO PARÁ PELA MALUNGO E A CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS (UFPA). POSSUEM A INFORMAÇÃO DE QUE MAIS DA METADE ENCONTRA-SE TITULADO. E QUE TANTO É IMPORTANTE TANTO PARA A MESA QUILOMBOLA ESTADUAL QUANTO A FEDERAL SUPRIR A NECESSIDADE DO INCRA E ITERPA RECEBEREM CÓPIA ATUALIZADA DOS REGISTROS IMOBILIÁRIOS DAS COMUNIDADES TITULADAS. COLOCOU A CLINICA DA UFPA À DISPOSIÇÃO PARA DISPONIBILIZAR A RELAÇÃO EM CONJUNTO COM A FUNDAÇÃO PALMARES DE QUAIS QUILOMBOS TITULADOS POSSUEM REGISTRO E QUAIS AINDA NÃO POSSUEM, NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL. ACHA CORRETO ENVOLVER A ANOREG NESSA DILIGÊNCIA (ENCAMINHAR A RELAÇÃO)

**LUCIO GUERREIRO – CGJ** – SOLICITOU O ENVIO DA RELAÇÃO PELA UFPA PARA QUE A CORREGEDORIA POSSA DAR ENCAMINHAMENTO JUNTO À ANOREG PARA VERIFICAR O QUE ESTÁ TITULADO E O QUE ESTÁ OU NÃO REGISTRADO. DEVE SER ENCAMINHADO TAMBÉM PARA O INCRA E ITERPA AS MATRÍCULAS ATUALIZADAS.

**BRUNO KONO – ITERPA** - DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA TITULAÇÃO DE QUILOMBOLAS, QUE ULTRAPASSA O RECONHECIMENTO REGISTRAL. INFORMOU QUE OS TÍTULOS ESTÃO SENDO ATUALIZADOS, EM PARCERIA COM O INCRA, PARA QUE RELAÇÃO DAS COMUNIDADES E AS PESSOAS BENEFICIADAS SEJAM CONTEMPLADAS COM OS BENEFÍCIOS COM OS PROGRAMAS DA REFORMA AGRÁRIA, DO GOVERNO FEDERAL, TAIS COMO O ACESSO AO CRÉDITO DE MORADIA.

**LUCIO GUERREIRO - CGJ** – ITEM 3 DA PAUTA.

**BRUNO KONO – ITERPA** - A REUNIÃO OCORREU, FOI UM ENCONTRO TÉCNICO, NÃO POLÍTICO. DEBATERAM OS DESAFIOS ESTRUTURANTES PARA ENFRENTAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. HÁ EMPENHO E COMPROMETIMENTO DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS. HÁ RELATORIO PRONTO E PODE SER ENCAMINHADO. O PONTO PRINCIPAL É A DISCUSSÃO DOS PONTOS REFERENTES À CONSOLIDAÇÃO DA BASE FUNDIÁRIA DO ESTADO. FORAM IDENTIFICADOS PONTOS DE SOBREPOSIÇÃO E ESTÁ SENDO PLANEJADA FORÇA TAREFA PARA RESOLVER.

**CAROLINA – INCRA** – FOI FIRMADO, NO EVENTO, O FÓRUM DE GESTORES DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E FUNDIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ. É O PRIMEIRO PASSO PARA ESTABELECEER UM ACT ENTRE OS ÓRGÃOS. E TEM PREVISÃO DE FORMALIZÁ-LO EM 2024. COMO PASSOS ANTERIORES AO ACT, ESTÃO DEFININDO TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES

PARA COMUNICAÇÃO DIRETA, ULTRAPASSANDO A COMUNICAÇÃO BUROCRÁTICA.

**LUCIO GUERREIRO** – ELOGIOU A INICIATIVA DOS ÓRGÃOS

**CLEOMAR MOURA**- QUESTIONOU SE, DENTRO DOS DEBATES, ESTÁ INCLUÍDA A QUESTÃO TERRITÓRIAL DE BELÉM, QUE ESTÁ JUDICIALIZADA HÁ MAIS DE 20 ANOS. E O CARTÓRIO ESTÁ COM A PENDÊNCIA DE REGISTRO DE GRANDE PARTE DO TERRITÓRIO.

**LUCIO GUERREIRO** – CGJ - ISSO SERÁ TRATADO NO ITEM 10

**BRUNO KONO** – ITERPA - ACRESCENTOU QUE ESSE FOI O PRIMEIRO ENCONTRO, QUE ESTÁ EM FASE DE FORMATAÇÃO. ESTÃO COMPARTILHANDO CONHECIMENTO SOBRE BASE CARTOGRÁFICA, REGISTRO DE IMÓVEIS, SOBRE O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. FUTURAMENTE, INDICA QUE OS PRESENTES SERÃO CONVIDADOS A PARTICIPAR DO PROCESSO. NÃO FORAM ATACADOS PROBLEMAS ESPECÍFICOS E DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DA SPU NESSE PROCESSO.

**MARCOS SOLANO** – FAEPA – DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO DO RESULTADO DO FÓRUM AOS MEMBROS DESSE GRUPO. PERGUNTOU SOBRE A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS PARA REALIZAR OS TRABALHOS.

**BRUNO KONO** – ITERPA - CONCORDA SOBRE A NECESSIDADE DE INVESTIMENTO NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. E HOVE A PAUTA NO LEVANTAMENTO DE RECURSOS E DILIGÊNCIAS PARA CONTINUAREM OS TRABALHOS. TODOS OS ÓRGÃOS DEVEM REALIZAR O LEVANTAMENTO. DEVE-SE PROCURAR SABER O VALOR DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INCLUINDO AS DILIGÊNCIAS DOS ÓRGÃOS, CUSTAS CARTORÁRIAS E TRABALHO DO PODER JUDICIÁRIO.

**LUCIO GUERREIRO** – CGJ – ITEM 4

**LIZANIA MARQUES** - ANANINDEUA – O PROJETO DE SASSUNEMA ENGLOBALARÁ 33 FAMILIAS QUE ATUALMENTE RESIDEM NO CURUÇAMBÁ. ATUALMENTE, OS ÍNDIOS SE MANIFESTARAM QUE O PROJETO NÃO OS ATENDE EM RAZÃO DE SEUS ASPECTOS CULTURAIS, POIS AS RESIDÊNCIAS OBEDECEM A PADRÕES DO “MINHA CASA MINHA VIDA” E O CONCEITO DE FAMÍLIA DOS INDÍGENAS É DIFERENTE DO NOSSO. A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO ESTÁ FAZENDO LEVANTAMENTO COM AS FAMÍLIAS. FOI REALIZADA UMA REUNIÃO ONLINE COM A SPU, QUE SE MANIFESTOU QUE NÃO PODE AUTORIZAR SEM UM PROJETO DEFINIDO. CASO MUDE A DEFINIÇÃO DO PROJETO, DEVE SER REALIZADA NOVA LICITAÇÃO. A SESAN DEVE FAZER NOVA FORMULAÇÃO APÓS O LEVANTAMENTO PARA VERIFICAR O IMPACTO DESSAS ALTERAÇÕES SOLICITADAS PELOS WARAO. SABE QUE DEVEM APRESENTAR UM PROJETO DEFINITIVO PARA O DE ACORDO DA SPU. PERGUNTADA SOBRE PRAZO, NÃO FORNECEU NOVAS INFORMAÇÕES.

ENCAMINHAMENTO – APRESENTAR POSIÇÃO

**LUCIANA LIMA – DPE** – DEVE SER RESPEITADA A CONVENÇÃO 169, NO SENTIDO DE RESPEITAR A VONTADE DOS INDÍGENAS DESDE A CONCEPÇÃO E INÍCIO DO PROJETO. ASPECTOS CULTURAIS DEVEM SER LEVADOS EM CONTA PARA MORADIA DESDE O INÍCIO, PARE QUE NÃO SEJA NECESSÁRIA A REFORMULAÇÃO.

**LIZANIA MARQUES – ANANINDEUA** – FORAM CHAMADAS AUTORIDADES DA COMUNIDADE WARAO E OS ASPECTOS CULTURAIS SERÃO LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO.

**LULY FISCHER – UFPA** – O ESTADO DO PARÁ POSSUI UMA MODALIDADE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, QUE TALVEZ ATENDA À DEMANDA DE ANANINDEUA A MÉDIO E LONGO PRAZO, QUE PERMITE QUE SE FAÇAM “QUINTAIS AGROFLORESTAIS”, QUE SÃO REGULARIZAÇÕES URBANAS EM MODALIDADE COLETIVA. SE A MOBILIDADE É UMA CARACTERÍSTICA DOS WARAO, SE FOR FEITA TITULAÇÃO INDIVIDUAL, VAI HAVER PERDA DA POSSIBILIDADE DE MANTER O TERRITÓRIO COMO PERMANENTE PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO. ASSIM, SUGERE QUE, ALÉM DA ADEQUAÇÃO DO PROJETO HABITACIONAL, EM RAZÃO DA OCUPAÇÃO CLÂNICA DOS GRUPOS, QUE SE PENSE NO MODO DE TITULAÇÃO, UTILIZANDO A LEGISLAÇÃO ESTADUAL E NÃO A TITULAÇÃO INDIVIDUAL.

**IONE NAKAMURA – MPE** – PERGUNTOU AO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA EM QUE FASE ESTÁ E SE OS ARQUITETOS JÁ FIZERAM O LEVANTAMENTO E SE A EQUIPE DA SESAN NÃO PODE DEMANDAR O APOIO DA UFPA PARA FAZER ESSA ADEQUAÇÃO (FACULDADE DE ARQUITETURA). PARA NÃO PERDER O OBJETO DA LICITAÇÃO, PERGUNTA SOBRE A POSSIBILIDADE DE AJUSTE DE PROJETO SEM ALTERAÇÃO DE VALOR.

**LIZANIA MARQUES – ANANINDEUA** - ESTÃO ADEQUANDO O PROJETO E IRÃO AVALIAR A POSSIBILIDADE NÃO TER QUE FAZER NOVA LICITAÇÃO.

**IONE NAKAMURA – MPE** - ENTENDE QUE PARECE NECESSÁRIA A REESTRUTURAÇÃO DA OBRA, PARA QUE FAÇA SENTIDO PARA A COMUNIDADE E, INCLUSIVE, NOVAS FAMILIAS, JÁ QUE É UMA POPULAÇÃO MIGRATÓRIA.

**LIZANIA MARQUES** – A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ ESTÁ ACOMPANHANDO O PROJETO. E O QUESTIONAMENTO APRESENTADO PELA COMUNIDADE É O PROJETO DA RESIDÊNCIA E NÃO DO MATERIAL UTILIZADO NELA.

**LUCIO GUERREIRO – CGJ** – AGRADECE AS INFORMAÇÕES E SUGERE QUE SEJA CONSIDERADA A REGULARIZAÇÃO POR MEIO DOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS.

**MARCOS SOLANO - FAEPA** - QUESTIONOU SOBRE O ORÇAMENTO E O TRATAMENTO DIGNO À PESSOA HUMANA AOS IMIGRANTES.

**LUCIO GUERREIRO – CGJ** - ITEM 5

**ADRIANA MEZZOMO – BREU BRANCO** – RELATA DIFICULDADE DE CONTATO COM O ITERPA. PERGUNTA O MELHOR MEIO DE ACESSO AO ÓRGÃO PARA COMUNICAÇÃO. EM RELAÇÃO AO PROJETO ESPECÍFICO, DISSE ESTAR ANDANDO. REFERIU, TAMBÉM, POSSUIR DUAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS.

**LUCIO GUERREIRO – CGJ** – EXPLICOU A ELA SOBRE O DEBATE MANTIDO ANTERIORMENTE SOBRE OS QUILOMBOS

**BRUNO KONO – ITERPA** - RECEBEU O PROCESSO, QUE ESTÁ EM PROCESSAMENTO E SE ENCONTRA EM ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA. VERIFICA QUE HÁ NECESSIDADE DE UNIFORMIZAR O PROCEDIMENTO DE REURB, POIS CADA MUNICÍPIO ESTÁ ADOTANDO PROCEDIMENTOS E RECURSOS DISTINTOS. ALGUNS MUNICÍPIOS ESTÃO FAZENDO GEO COM EQUIPAMENTOS DE ALTA PRECISÃO, OUTROS ESTÃO USANDO O GOOGLE MAPS, O QUE PODE GERAR SOBREPOSIÇÃO DE ÁREAS. PRETENDE TRAZER SUGESTÃO DE PAUTA PARA UNIFORMIZAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DE OFICINA. EM RELAÇÃO A REGULARIZAÇÃO QUILOMBOLA, DEVEM SER ADOTADAS DILIGÊNCIAS, COMO O CADASTRAMENTO DAS FAMILIAS. PARABENIZOU A INICIATIVA DO MUNICÍPIO.

**ADRIANA MEZZOMO** – EXISTE UM CADASTRO MUNICIPAL, MAS QUER MANTER O DIÁLOGO INSTITUCIONAL PARA DAR ANDAMENTO.

**LUCIO GUERREIRO- CGJ-** ELOGIOU O DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL

**BRUNO KONO – ITERPA** - JÁ EXISTE UM TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MUNICÍPIO DE BREU BRANCO, E ESSAS PARCERIAS COM OS MUNICÍPIOS SÃO MUITO IMPORTANTES. É A PRIMEIRA DO ESTADO DO PARÁ COM UM MUNICÍPIO PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREA QUILOMBOLA.

**ADRIANA MEZZOMO** – REFERE QUE AMANHÃ HÁ PREVISÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE DEMARCAÇÃO

**IONE NAKAMURA – MPE** – INFORMA QUE A PRÓXIMA MESA QUILOMBOLA ESTÁ MARCADA NO ITERPA PARA O DIA 29/11/2023, ÀS 9H. AS AUTORIDADES PODEM PARTICIPAR DA REUNIÃO.

**LUCIO GUERREIRO – ITEM 6**

**JESSICA MACIEL – CREA** – HOUVE REUNIÃO COM EMATER, CREA/PA E OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE DISPÕEM SOBRE GEORREFERENCIAMENTO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL, MAIS ESPECIFICAMENTE VOLTADA À TEMÁTICA DO CAR, MAS, PARA QUE O CREA POSSA EFETIVAR UM SISTEMA DE CADASTRAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECÍFICOS AO GEORREFERENCIAMENTO, É NECESSÁRIO ESSE ALINHAMENTO. A EMATER APRESENTOU RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ELABORAM O CAR PARA QUE SEJA CELEBRADO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENGLOBASSE O GEORREFERENCIAMENTO E A DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS. ENTRETANTO O CREA ESTÁ NUM PROCESSO ELEITORAL. POR ESTA RAZÃO, A DEMANDA DA FAMEP SERÁ APRESENTADA NA PRÓXIMA



REUNIÃO DE DIRETORIA A SER REALIZADA DIA 10/11/2023, DATA EM QUE SERÁ APRESENTADA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO. APÓS O PROCESSO ELEITORAL, SERÁ DADO ANDAMENTO NA ELABORAÇÃO DE SISTEMAS.

**LUCIO GUERREIRO – CGJ – ENCAMINHAMENTO:** SER INFORMADO, PELO CREA, DO RESULTADO DESSA REUNIÃO DO DIA 10/11/23. ITEM 7

**TATILLA – SEMAS –** PRECISA AGENDAR UMA REUNIÃO COM A ANOREG PARA DEFINIR OS PARÂMETROS.

**LUCIO GUERREIRO –** CONEXTUALIZOU A PROBLEMÁTICA À REPRESENTANTE DA SEMAS. ORIENTOU QUE SEJA MARCADA UMA REUNIÃO ENTRE A ANOREG E SEMAS.

**VANESSA E CAROLINA – REGISTRADORAS –** PRECISAM SER DEFINIDOS PARÂMETROS TÉCNICOS DE INTEROPERABILIDADE DE SISTEMAS. DEVE SER CONSIDERADA A LGPD PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS.

**LUCIO GUERREIRO – ITEM 8 –** FOI SOLICITADA A RETIRADA DE PAUTA PELA DRA CLAUDIA, DA URBE AMAZÔNIA QUE REALIZA A CONSULTORIA À FAMEP.

**GEANLUCA – FAMEP -** INFORMOU QUE O NÍVEL DE DETALHAMENTO TÉCNICO DA INSTITUIÇÃO É INSUFICIENTE, EM FACE DA COMPLEXIDADE DO TEMA. AINDA, SOBREVEIO UMA ENFERMIDADE DA DRA CLAUDIA QUE ATRASOU ALGUMAS DILIGÊNCIAS. HOJE ESTÃO COM UM WEBINAR EXPONDO SOBRE O PROGRAMA PAC, DO GOVERNO FEDERAL, E UMA PARTE DO PROGRAMA É DIRECIONADA À REURB, EM QUE A DRA CLAUDIA ESTA FAZENDO UM “TIRA DÚVIDAS”. ATUALMENTE 44 MUNICÍPIOS PARAENSES FAZEM JUS E ESTÃO ENCAIXADOS NESTA MODALIDADE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, VIA REURB, ATRAVES DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO PAC.

**LUCIO GUERREIRO -** FICA PENDENTE A APRESENTAÇÃO DA FAMEP PARA A PRÓXIMA REUNIÃO. ITEM 9

**LULY FISCHER – UFPA –** NA REUNIAO PASSADA, FOI ENCAMINHADA A MANIFESTAÇÃO FEITA PARA A PROCURADORIA DA UFPA SOBRE O IMPACTO PARA A COMUNIDADE LAGO VERDE DA NÃO REGULARIZAÇÃO DOS OCUPANTES EM RAZÃO DAS OBRAS DA MACRODRENAGEM. O LEVANTAMENTO APONTOU A EXISTÊNCIA DE 550 FAMILIAS (POSSIVELMENTE MAIS), HÁ ESTIMATIVA DE QUASE 50% A MAIS DE SUBDIVISÃO DO LOTE, ENTÃO DEVEM SER CERCA DE 1.000 FAMILIAS OU MAIS, COM ÍNDICE DE 92% DE INSEGURANÇA FUNDIÁRIA, OU SEJA, COM REMANEJAMENTO MEDIANTE PAGAMENTO APENAS DAS BENEFITÓRIAS, QUE SÃO PRECÁRIAS. O OBJETIVO DA UFPA É CONTRIBUIR PARA O DEBATE NO SENTIDO DE DESMEMBRAR A REGULARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO QUE SERÁ REMANEJADA DE FORMA EMERGENCIAL, DA TEMÁTICA MAIOR, QUE É A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREA MAIOR (SOBREPOSIÇÃO DE TERRAS FEDERAIS E MUNICIPAIS). ENCAMINHOU O MATERIAL A DIVERSOS ÓRGÃOS QUE TEM INTERESSE SOBRE A TEMÁTICA PARA QUE, CASO O REMANEJAMENTO ACONTEÇA, AS PARTES ESTEJAM CIENTES.

**LUCIANA LIMA – DPE** – A DEFENSORIA REFORÇA O ENTENDIMENTO DA UNIVERSIDADE, PARA DESMEMBRAR A DISCUSSÃO DESSA SOLUÇÃO DA QUESTÃO MAIS GRAVE E AMPLA RELATIVA A 1ª LEGUA, EM RAZÃO DA URGÊNCIA DO REMANEJAMENTO DE FAMILIAS COM INDENIZAÇÕES PÍFIAS. POR ISSO, FAZ ECO NO SENTIDO QUE A SPU DÊ ANDAMENTO À CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO COM A UFPA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA QUE ESTÁ NA IMINÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO, O QUE NÃO PERMITE AGUARDAR O DESLINDE DE AÇÃO JUDICIAL QUE TRAMITA HÁ 20 ANOS.

**LUCIO GUERREIRO – CGJ** – A CORREGEDORIA DE JUSTIÇA ESTÁ EM TRATATIVAS JUNTO A SPU VISTO QUE A IDEIA DO SUPERINTELENDE É FAZER UMA REGULARIZAÇÃO GERAL QUE É MUITO MAIS DIFÍCIL QUE FAZER POR SETOR. MAS FOI ELABORADA UMA MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE SPU, CODEM E CGJ. PEDE INFORMAÇÕES À PROFª LULY SOBRE O ANDAMENTO DA MINUTA.

**LULY FISCHER** – INFORMA QUE O GOVERNO DO ESTADO JÁ TEM CIÊNCIA DA SITUAÇÃO, INCLUSIVE A PGE JÁ APRESENTOU PARECER PERMITINDO A INDENIZAÇÃO DAS FAMILIAS QUE NÃO QUEIRAM SER REMANEJADAS, INDENIZANDO O DIREITO REAL DAS FAMILIAS PARA QUE POSSAM PERMANECER NO BAIRRO A PARTIR DA RECOMPRA DE OUTRAS ÁREAS. MAS SÓ FUNCIONARÁ COMO MEDIDA EFETIVA SE HOVER REURB EM TEMPO HÁBIL. A UFPA PERDE A CAPACIDADE DE MANTER ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, PORQUE UM DOS INSTRUMENTOS POSSÍVEIS É A JUDICIALIZAÇÃO. ISSO AUMENTARIA A QUANTIDADE DE PROCESSOS NO JUDICIÁRIO E A CAPACIDADE DA UFPA EM ACOMPANHÁ-LOS.

SOBRE O ANDAMENTO DA MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PROPOSTA ENTRE SPU, COGEM E CGJ/PA, PARTICIPOU COMO ASSISTENTE TÉCNICO DA REUNIÃO ENTRE OS ENTES. A SPU SOLICITOU A ELABORAÇÃO DE UMA MINUTA E FOI APRESENTADA MINUTA QUE CONSIDERA IDEAL OU POSSÍVEL, QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTA OS INTERESSES DA SPU. FOI APRESENTADA, TAMBÉM, À CODEM E A CGJ.

PROPOSTAS: 1ª) COMO EXISTE AÇÃO JUDICIAL, QUE NÃO SE DISCUTA A DOMINIALIDADE DA ÁREA, MAS SIM OS PROCESSOS DE COOPERAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO, OU SEJA FAZENDO O RECONHECIMENTO RECÍPROCO, COMO SE FOSSEM DUAS ÁREAS AUTÔNOMAS, NO QUE CHAMA DE DUPLA AFETAÇÃO E ANUÊNCIA RECÍPROCA, PRIORIZANDO A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA (MAIS DE 80% DOS CADASTROS DA ÁREA. A ÁREA EM LITÍGIO REPRESENTA 60% DA 1ª LEGUA PATRIMONIAL, 21 BAIRROS E 89 MIL CADASTROS MUNICIPAIS. A SPU POSSUI 26 MIL CADASTROS NO MUNICÍPIO DE BELEM); 2ª) CRIAÇÃO DE COMITÊ TÉCNICO EXTERNO ÀS PARTES INTERESSADAS (ANOREG, MP, DPE) PARA FAZER ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS, SOB A PRESIDÊNCIA DA CGJ. A SPU JÁ SINALIZOU QUE NÃO ACATARIA ESSE PONTO, PRETENDENDO ATRIBUIR A SI A PRESIDÊNCIA DO COMITÊ TÉCNICO; 3ª) ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO GERAL, RELACIONANDO OS 21 BAIRROS AFETADOS, COM DIAGNÓSTICO PRELIMINAR E ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHOS ESPECÍFICOS PARA CADA BAIRRO, COM DEFINIÇÃO ESPECÍFICA DE A QUEM CABERÁ A EXECUÇÃO. DESTACA QUE O

ACORDO DEVERÁ SER ENCAMINHADO AO TRF-1, PARA MODULAR OS EFEITOS DA DECISÃO, ESPECIALMENTE PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, CONFORME PREVISTO NA LEGISLAÇÃO FEDERAL E NA REGULAMENTAÇÃO FEITA PELA SPU. JÁ HOVE EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS DE TITULAÇÃO CONJUNTA ENTRE INCRA E ITERPA. HÁ ESPERANÇA DE QUE, COM O ACORDO FRIMADO, MESMO COM ADEQUAÇÕES, A UFPA POSSA RETOMAR A TITULAÇÃO ADMINISTRATIVA, POIS DOS 98 MIL LOTES ENVOLVIDOS, A UNIVERSIDADE É RESPONSÁVEL POR 20 MIL DESSE QUANTITATIVO, E, SE FOR CONSIDERADA A ÁREA DO ITERPA, DENTRO DO MESMO BAIRRO, TERIAM 23 MIL CADASTROS QUE PODERIAM SER TITULADOS DE FORMA IMEDIATA. A PARALISAÇÃO ADMINISTRATIVA ACABA AFETANDO 4 BAIRROS E, SE FOR CONSIDERADO O QUANTITATIVO AMOSTRAL, NÃO ESTARIAM FALANDO DE 23 MIL MAS DE QUASE 70 MIL LOTES, O QUE É MUITO SIGNIFICATIVO SOB O ASPECTO DA MODIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITALIDADE NA REGIÃO.

**LUCIO GUERREIRO -CGJ** - HÁ RESPOSTA DA SPU SOBRE A MINUTA?

**LULY FISCHER** – PARA A UFPA, NÃO. ESTÁ PENDENTE DE APRESENTAÇÃO PARA BRASILIA.

**VANDERSON – CODEM** – ESTÃO NO AGUARDAMENTO DA RESPOSTA DA SPU. NÃO HOVE ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DA SPU, CONFORME ACORDADO EM REUNIÃO REALIZADA EM 20.10.2023 (PRAZO CONCEDIDO AO ÓRGÃO ERA 27.10.2023).

**LUCIO GUERREIRO -CGJ** – JÁ FOI DADO GRANDE PASSO DE REUNIR OS ENTES NA MESMA MESA. VAMOS AGUARDAR O POSICIONAMENTO DA SPU, NA APRECIACÃO DA MINUTA, ATÉ A PROXIMA REUNIÃO.

ITEM 11- CUMPRIDO, ESTÁ SENDO ACOMPANHADO EM PROCESSO EM TRAMITAÇÃO NA CGJ E ACREDITA QUE SERÁ OBJETO DA AÇÃO DA FAMEP.

**BRUNO KONO – ITERPA** – O ITERPA JÁ FEZ UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU. BUSCARÁ O PROCESSO E ENCAMINHARÁ A CGJ.

**GIROLAMO – FETAGRI** – LIMOEIRO DO AJURU É UM BOM EXEMPLO DO MAU EXEMPLO DO ESTADO DO PARÁ. É DIFÍCIL TRABALHAR QUANDO NÃO SE TEM CONHECIMENTO SOBRE O PROPRIETÁRIO DAS TERRAS. NÃO SABE SE ISSO É COMPETÊNCIA DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA OU DO EXECUTIVO, MAS PRECISA SER ESCLARECIDA A DOMINIALIDADE. SUGERE ESTABELECEER UM CRONOGRAMA PARA QUE SPU, INCRA E ITERPA APRESENTEM MAPA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREAS NO ESTADO DO PARÁ. ENTENDE QUE JÁ EXISTEM RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA ISSO. COM ISSO, OS PROPRIETÁRIOS PARTICULARES PODEM SABER EM QUE PORTA BATER.

**CAROLINA – INCRA** – NÃO RECEBEU O OFÍCIO MENCIONADO NO ITEM 11 DA PAUTA, MAS REFERE QUE, NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU, POSSUI 19 PROJETOS AGROEXTRATIVISTAS, CRIADOS COM AUTORIZAÇÃO DA SPU. FORA ISSO, NÃO POSSUEM OUTRAS ÁREAS NO

MUNICÍPIO. O PROCEDIMENTO SERIA A SPU AVANÇAR NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE ÁREA, DEMARCAÇÃO, ETC. NÃO HOUE AVANÇOS.

**MARCOS SOLANO – FAEPA** – ADERE AO POSICIONAMENTO DA FETAGRI. DEVE SER DELIMITADA A ÁREA PERTENCENTE A CADA UM DOS ENTES FEDERATIVOS, NO ESTADO DO PARÁ. AINDA SE DISCUTE SOBRE A ÁREA DE BELÉM E HÁ MUITA INSTABILIDADE. NOVAMENTE, QUESTIONA SOBRE O ORÇAMENTO PARA ESSE ENCAMINHAMENTO.

**GIROLAMO – FETAGRI** – PERGUNTA SE ESSE NÃO PODE SER UM PONTO A SER DEBATIDO NO FÓRUM ESTABELECIDO ENTRE SPU, ITERPA E INCRA. SOBRE A GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO SOB RESPONSABILIDADE DE CADA ÓRGÃO ENVOLVIDO, ESTABELECE-SE ALGUM CRITÉRIO. É IMPORTANTE ESTABELECE-SE CRONOGRAMA E RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUTAR ISSO.

**CAROLINA – INCRA** – EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO CONJUNTA COM A SPU, OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E HUMANOS SÃO ESCASSOS. NÃO HÁ MAIS COMO REALIZAR O TRABALHO DE CAMPO DE DISCRIMINATÓRIAS. A TENTATIVA HÁ ALGUNS ANOS, É TRABALHAR COM CENSOREAMENTO REMOTO, PELO MENOS NA FASE INICIAL. EXISTEM PROBLEMAS EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, COMO NÃO HAVER A ARRECADAÇÃO DAS ÁREAS DO MARAJÓ, QUE É ONDE TEM A MAIOR QUANTIDADE DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E NÃO CONSEGUIRAM AVANÇAR NESSA POLÍTICA JUSTAMENTE PELA FALTA DE CONHECIMENTO DESSA ÁREA. A SPU JÁ PUBLICOU A PORTARIA DA COMISSÃO DE ARRECADAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS DA UNIÃO. ESSA COMISSÃO JÁ ESTÁ AUXILIANDO O INCRA NO RECONHECIMENTO DE TERRAS EM SALVATERRA, MUNICÍPIO COM MAIOR ÁREA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS. SEMANALMENTE, HÁ REUNIÕES, VERIFICANDO PLANO DE ATUAÇÃO DE CAMPO, ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, VIABILIDADE DE PERÍODO JÁ QUE É UMA ÁREA SUJEITA A ALEGAMENTOS. PRETENDE INICIAR EM MARÇO, ÉPOCA DE CHEIAS. ESSE É O PLANO PARA 2024. O INCRA NÃO CONSEGUE TRABALHAR COM MUITOS MUNICÍPIOS AO MESMO TEMPO. ATUALMENTE, OS ÓRGÃOS ESTÃO ALINHADOS.

**BRUNO KONO – ITERPA** – ENTENDE A ANSIEDADE DE AVANÇAR NO DEBATE E EXECUÇÃO SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. ENTENDE QUE O ESTADO DO PARÁ ESTÁ MAIS MADURO NOS ENCAMINHAMENTOS. HÁ UM ALINHAMENTO INÉDITO ENTRE OS ÓRGÃOS. TUDO SE INICIA COM UMA BASE ORGANIZADA. O ITERPA JÁ ESTÁ EM EXECUÇÃO NO SUL DO PARÁ. ACREDITA QUE OS RESULTADOS SERÃO APRESENTADOS EM BREVE. O ITERPA DISPONIBILIZA EQUIPE PARA APOIO AO INCRA, PORQUE O GOVERNO ESTADUAL ESTÁ FOCADO NISSO. E O INCRA ABRIU ESPAÇO PARA ISSO. COM OU SEM ORÇAMENTO, ISSO TERÁ QUE SER FEITO. DEVE SER FEITO POR CENSOREAMENTO REMOTO, VETORIZAÇÃO DE GLEBAS, DISCRIMINATÓRIA, ATUALMENTE, É ECONOMICAMENTE INVIÁVEL, MAS EXISTEM OUTROS MODELOS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO. A PERSPECTIVA É QUE AGORA SE AVANCE AO SUL DO PARÁ. ANO QUE VEM, O PLANO É SEGUIR PARA O OESTE DO PARÁ E QUE, EM 2024, JÁ HAVERÁ AVANÇOS, TRABALHANDO COM UMA BASE MAIS ORGANIZADA E ESTRUTURADA, FAZENDO LINK DESDE O PATRIMÔNIO

PÚBLICO AO REGISTRO DE IMOVEIS. TAMBÉM ACHA QUE PODE FAZER UM LEVANTAMENTO DE MUNICÍPIOS COM ÁREA PATRIMONIAL. DIVERSOS MUNICÍPIOS E OUTROS PRECISAM DE UM PROCESSO DE AVIVENTAÇÃO, PORQUE SÃO DOCUMENTOS ANTIGOS, SEM GEORREFERENCIAMENTO. ENTENDE QUE A SOLUÇÃO NÃO ESTÁ EXCLUSIVAMENTE EM ÓRGÃOS DE TERRAS, MAS SIM, EM PARCERIAS.

**LULY FISCHER** – A ÁREA DE LIMOEIRO DO AJURU É UM MOSAICO FUNDIÁRIO. ENTÃO TEM ÁREAS DA SPU E POSSIVELMENTE DO ESTADO. DATA DE 1895 E É FREGUESIA DESDE 1911 (VILA DE CAMETÁ). SUGERE FAZER A CONSULTA NO CARTÓRIO DE CAMETÁ, DE ONDE ERA VILA, SENDO LÁ PROVAVELMENTE ONDE SE ENCONTRAM REGISTROS. TAMBÉM, ENTENDE QUE DEVE SER FEITA CONSULTA AOS CARTÓRIOS DE NOTAS, PORQUE NO PERÍODO MENCIONADO NÃO HAVIA OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO. EXISTEM SITUAÇÕES QUE PODEM FUGIR DOS CONTROLES DOS ÓRGÃOS FUNDIÁRIOS, PORQUE NÃO DERIVAM DE UMA TITULAÇÃO ESTATAL, MAS SÃO RECONHECIDOS. UMA DAS ATIVIDADES QUE PROVAVELMENTE A FAMEP VAI FAZER É IDENTIFICAR A IDADE DO MUNICÍPIO E IDENTIFICAR SE É FOLIO PRIVADO, FOLIO NOMINAL OU FOLIO REAL. O PODER JUDICIÁRIO TAMBÉM TEM INFORMAÇÕES A PARTIR DE AÇÕES JUDICIAIS, ESPECIALMENTE DE INVENTÁRIO. ISSO DÁ A FALSA IMPRESSÃO DE DOMINIALIDADE PÚBLICA, GERANDO CONFLITOS COM AS PROPRIEDADES PRIVADAS E QUE A UFPA TEVE VÁRIAS EXPERIÊNCIAS DEMONSTRANDO “FALSOS NEGATIVOS”. PODERIA SER CRIADO UM PROTOCOLO DE CONSULTA PADRÃO AOS ORGÃOS FUNDIÁRIOS DENTRO DA COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO.

**LUCIO GUERREIRO** – SERÃO SOLICITADAS INFORMAÇÕES AO CARTÓRIO DE CAMETÁ.

**ANA LUIZA – URBE AMAZONIA** – O ADIAMENTO DA APRESENTAÇÃO DA FAMEP SE DEU EM RAZÃO DO NÍVEL DE COMPLEXIDADE DO PROJETO DE PESQUISA QUE TEM COMO OBJETIVO GERAR PRODUTOS TÉCNICOS PARA DAR SUPORTE AOS MUNICÍPIOS NESSE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. ESTÁ EM CONSTRUÇÃO A PROPOSTA METODOLÓGICA DO PROJETO. PEDIU QUE FOSSE ENCAMINHADA À FAMEP A RELAÇÃO DOS 44 MUNICÍPIOS JÁ COM LEGUA PATRIMONIAL DEFINIDA, A SER INFORMADA PELO ITERPA.

**LUCIO GUERREIRO** – ASSIM QUE CHEGAR A INFORMAÇÃO À CORREGEDORIA, SERÁ ENVIADA À URBE AMAZÔNIA.

ITEM 12. NÃO OBTIVEMOS OS DADOS, PODERÁ SER OFICIADO.

**BRUNO KONO – ITERPA** – COMPROMETEU-SE A PEDIR AO REPRESENTANTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO MARANHÃO E ENCAMINHAR À CGJ POIS OCORRERÁ UMA REUNIÃO ENTRE OS PRESIDENTES DOS INSTITUTOS DE TERRA E FARÁ ESSA SOLICITAÇÃO AO PRESIDENTE DO INSTITUTO DO MARANHÃO.

**LUCIO GUERREIRO - CGJ** – ITEM 13 – CUMPRIDO  
ITEM 14 – NÃO FOI RECEBIDO O CRONOGRAMA  
ITEM 15 – CUMPRIDO PELA CGJ. OFICIAR À PARAGOMINAS



ITEM 16 – PENDENTE EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO.

ITEM 17 – CUMPRIDO PELA CGJ, CAU NÃO COMPARECEU. FICA O CONVITE PARA A PRÓXIMA REUNIÃO.

ITEM 18 – REPETIDO COM O 10

ITEM 19 – O QUE OCORRER - DESIGNADA A PRÓXIMA REUNIÃO PARA O DIA 11/12, ÀS 09H.

**DES JOSÉ ROBERTO** – REVELOU SATISFAÇÃO PELO DEBATE, DEMONSTRADO O COMPROMENTIMENTO E ENVOLVIMENTO DE CADA SETOR, TRATANDO-SE DE UM PROBLEMA HISTÓRICO, BASTANTE COMPLEXO, QUE DEVE SER RESOLVIDO PASSO A PASSO. PERCEBE COMO A MAIOR VANTAGEM O AMADURECIMENTO DA DISCUSSÃO, AS INICIATIVAS APRESENTADAS E O CAMINHO DIRECIONA PARA O AVANÇO EM RELAÇÃO AO QUE EXISTE ATUALMENTE. HÁ MUITA PREOCUPAÇÃO COM AS PESSOAS QUE PRECISAM SER INDENIZADAS NAS ÁREAS AFETADAS PELA MACRODRENAGEM POIS HÁ MUITA AFLIÇÃO VIVENCIADA POR ESSAS PESSOAS. PEDIU QUE O GRUPO CONTINUASSE FIRME E COLABORANDO, PARA O APRIMORAMENTO DOS DEBATES.

**MYRIAM CARDOSO – UFPA** - ENCAMINHOU OFÍCIO À CGJ PEDINDO APOIO PARA REGULARIZAÇÃO DE SAPUCAIA, ENVOLVENDO APROXIMADAMENTE 1.000 LOTES, JÁ TENDO ENCAMINHADO AS CRF'S COM O PROTOCOLO DA REURB NO CARTÓRIO DE XINGUARA, SEM RESPOSTA DESDE ABRIL/2023, PEDINDO QUE SEJA VERIFICADO QUAIS AS DIFICULDADES PARA O AVANÇO DA ANÁLISE.

**LUCIO GUERREIRO – CGJ** – SERÁ VERIFICADO.

**ETELVANA – ANANINDEUA** - PEDIU QUE FOSSE INCLUÍDA, EM PAUTA, A REGULARIZAÇÃO DA ÁREA DA COHAB, TOTALIZANDO 17.261 LOTES PARA REGULARIZAR E PEDIU QUE FOSSE CHAMADO À REUNIAO O REPRESENTANTE DA COHAB.

**MARCOS SOLANO** – OBSERVAÇÃO SOBRE OS CONFLITOS INTERNACIONAIS, DESTACANDO QUE TODOS SE LAMENTAM POR SE TRATAREM DE VIDAS, MAS HÁ OS CONFLITOS INTERNOS, CITANDO O CASO DE UM PEQUENO PRODUTOR RURAL DIANTE DO RISCO DE PERDA DE TUDO O QUE TINHA NA REGIÃO DE APITEREURA EM SÃO FÉLIX DO XINGU E FOI MORTO. QUE ESTÃO ACOMPANHANDO OS CASOS DE DESINTRUSÃO EM TODO O ESTADO DO PARÁ E NÃO SABE PORQUE NÃO ESTÁ OCORRENDO MAIOR VISIBILIDADE QUE DEVERIA TER, INCLUSIVE DAS INSTITUIÇÕES QUE DEFENDEM OS DIREITOS HUMANOS. ALERTA PARA OS RISCOS DOS CONFLITOS E QUANDO FOI ABORDADA A DESOCUPAÇÃO FOI MENCIONADO EM REUNIÃO A PREOCUPAÇÃO COM O VALOR DA INDENIZAÇÃO MAS QUE TAIS PESSOAS ESTÃO SENDO RETIRADAS SEM QUALQUER INDENIZAÇÃO E QUE NÃO TEM PARA ONDE IR. SUA FALA PEDIU QUE FOSSE REGISTRADA COMO CIDADÃO PARAENSE E NÃO EM NOME DA FEDERAÇÃO.

**DES JOSÉ ROBERTO** – AGRADECE A PARTICIPAÇÃO DE TODOS, NO AGUARDO DE BOAS NOTÍCIAS NA PRÓXIMA REUNIÃO ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO ÀS TRATATIVAS COM A SPU QUE NÃO PODE ESTAR PRESENTE DEVIDO AOS COMPROMISSOS COM AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.

A REUNIÃO ENCERROU-SE ÀS 11H40.

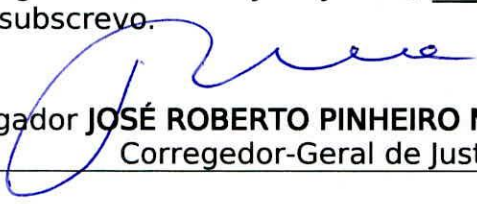
APROVADA, PELOS PRESENTES, A ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO.

**A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK**  
<https://webcast.overseebrasil.com.br/tipa/#ondemand//watch/?v=e8ca115badf02e0ac96e>

<b>TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>
1. EFETUAR O LEVANTAMENTO DAS TERRAS QUILOMBOLAS TITULADAS E REGISTRADAS E INFORMAR À CGJ EM CONJUNTO COM A ANOREG	ITERPA	PRÓXIMA REUNIÃO
2. CONVITE AOS INTEGRANTES DO GRUPO DE GOVERNANÇA PARA PARTICIPAÇÃO NO EVENTO DE ENTREGA DE TÍTULOS QUILOMBOLAS NO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, INFORMANDO À CGJ E À ANOREG QUAIS QUILOMBOS FORAM CONTEMPLADOS E OS CARTÓRIOS ENVOLVIDOS	ITERPA	17/11/2023
3. EXPEDIR OFÍCIO AOS REGISTRADORES DE IMÓVEIS A FIM DE QUE INFORMEM QUAIS AS ÁREAS DE QUILOMBOLAS ENCONTRAM-SE REGISTRADAS, ENCAMINHANDO CERTIDÃO ATUALIZADA DAS MATRÍCULAS EXISTENTES.	CGJ	5 DIAS PARA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO. COMPILAR DADOS PARA PRÓXIMA REUNIÃO
4. ENVIO DE LEVANTAMENTO, FEITO PELA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UFPA EM CONJUNTO COM A FUNDAÇÃO PALMARES, DA RELAÇÃO DE QUILOMBOS JÁ TITULADOS E REGISTRADOS NO ESTADO DO PARÁ.	UFPA/PROF GIROLAMO	10 DIAS PARA ENVIO
5. COMPARTILHAMENTO DOS DADOS RECEBIDOS SOBRE OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS COM INCRA, ITERPA, SPU E ANOREG	CGJ	5 DIAS, APÓS O RECEBIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES
6. INFORMAÇÕES SOBRE A READEQUAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DAS COMUNIDADES WARAO, NA ILHA DE SASSUNEMA	ANANINDEUA	PRÓXIMA REUNIÃO
7. RECOMENDAÇÃO AO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA QUE ASSEGURE A	CGJ	5 DIAS

OBSERVÂNCIA DA CONVENÇÃO 169 NA ADEQUAÇÃO DO PROJETO DA ILHA DE SASSUNEMA BEM COMO PRIORIZE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM FAVOR DOS WARAO POR MEIO DOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS		
8. APRESENTAÇÃO DE MINUTA DO ACT QUE VERSA SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS APTOS A REALIZAR O GEORREFERENCIAMENTO À FAMEP, APÓS APROVAÇÃO NA REUNIÃO DE DIRETORIA QUE OCORRERÁ EM NOVEMBRO	CREA	PRÓXIMA REUNIÃO
9. REUNIÃO A SER REALIZADA ENTRE SEMAS E ANOREG PARA DEFINIÇÃO DE PARAMETROS DE INTEROPERABILIDADE ENTRE OS SISTEMAS	SEMAS E ANOREG	PROXIMA REUNIÃO PARA APRESENTAR AS INFORMAÇÕES
10. APRESENTAÇÃO, PELA SPU, DO RESULTADO DA SUBMISSÃO DA MINUTA DO ACT, ELABORADO PELA PROF LULY FISCHER, A SPU-DF	SPU	REUNIÃO DO DIA 14.11.2023
11. INFORMAÇÕES SOBRE EXISTÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO RELATIVO A DOMINIALIDADE DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU, COM O ENVIO, EM SEGUIDA, PARA O INCRA	ITERPA/CGJ	10 DIAS CONSECUTIVOS
12. JUNTADA DA ATA NO PROCESSO QUE APURA A DOMINIALIDADE DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU, PARA ADOÇÃO DAS DILIGÊNCIAS DETERMINADAS EM REUNIÃO	CGJ	IMEDIATO
13. CONSULTAR O CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMETÁ SOBRE A EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE LÉGUA PATRIMONIAL REFERENTE AO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU, BEM COMO JUNTO AO TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO SOBRE A EXISTÊNCIA DE TERMOS DE TRANSFERÊNCIA RELATIVAS AO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO POR ATO QUE NÃO SEJA TRANSMISSÃO ESTATAL	CGJ	5 DIAS. APRESENTAR INFORMAÇÕES NA PRÓXIMA REUNIÃO
14. PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE OS 44 MUNICÍPIOS QUE JÁ POSSUEM SUA BASE PATRIMONIAL DEFINIDA. RECEBIDO, INFORMAR À FAMEP	ITERPA E CGJ	10 DIAS CONSECUTIVOS
15. OFICIAR AO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS PARA QUE INFORME SOBRE O ANDAMENTO DO TERMO DE COOPERAÇÃO COM VISTAS A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA BEM COMO	CGJ	5 DIAS



SOBRE AS TRATATIVAS COM O INCRA (QUANTO AOS ASSENTAMENTOS)					
data: 11.12.2023	INÍCIO: 9H	FIM: 12H	LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 – TJPA		
Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pelo Corregedor-Geral de Justiça. Eu, <u>Paola</u> Paola Watrin Pimenta Menescal, digitei e subscrevo.					
 Desembargador <b>JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR</b> Corregedor-Geral de Justiça					

